



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Em evento sobre água, Temer defende projeto que reforma saneamento básico no País



Na abertura do maior evento sobre água no mundo, o Presidente Michel Temer afirmou que a segurança hídrica é uma “causa urgente”, pediu ações integradas entre os países e afirmou que está finalizando um projeto de lei que deve alterar as regras de saneamento no Brasil. A medida visa aumentar a possibilidade de participação da iniciativa privada no setor, discussão que tem encontrado resistências entre as companhias estaduais do setor, incluindo a Sabesp, companhia paulista de saneamento

e maior do País no ramo. Outra medida a ser adotada pelo Governo, é a criação de duas novas áreas de conservação marinhas — embora não tenha citado detalhes, o Governo já divulgou que pretende criar duas reservas ambientais nos arquipélagos de São Pedro e São Paulo, localizados em Pernambuco, e de Trindade e Martim Vaz, que ficam no Espírito Santo. O Presidente afirma que, protegendo o equilíbrio dos ecossistemas, é possível proteger as fontes de água, adicionou que preservar não basta, é preciso fazer chegar a água aos lares das famílias. Em discurso, o Presidente também ressaltou o que definiu como “contribuição histórica” do Brasil em eventos sobre o tema, como a Rio92 a Rio+20, e pediu ações integradas entre os países para garantir a “sustentabilidade hídrica”. (Baseado em Folha de S. Paulo – 11.04.2018).

PAINEL

ANTAQ abre Consulta e Audiência Pública visando o recebimento de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento de minutas jurídicas e técnicas

ANTAQ abre Consulta e Audiência Pública para obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das minutas jurídicas e técnicas (edital de licitação, contrato de arrendamento, documentos técnicos e seus respectivos anexos), necessários à realização de certames licitatórios. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 18 de maio de 2018.

Saiba mais: www.antaq.gov.br

Cargas nas ferrovias crescem 10,4% em 2017

As ferrovias brasileiras encerraram 2017 com alta operacional de 10,36%, com 375,2 bilhões de toneladas por quilômetro útil (TKUs). O número é recorde desde o início da série histórica, em 1997. No intervalo de dez anos, a alta foi de 173%, média de 5,16% ao ano. Os dados são da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). Apesar de o minério de ferro representar a maior quantidade absoluta transportada pelos trilhos, o crescimento dos grãos foi mais acentuado. A movimentação subiu 62,35%, para 22,6 bilhões de TKUs. Há fatos que fortalecem a necessidade e a urgência das prorrogações dos contratos das ferrovias. O agronegócio vai continuar expandindo e cada vez mais vai depender da ferrovia, disse o diretor executivo da ANTF, Fernando Paes. *(Baseado em Valor Econômico – 05.04.2018)*



União fará leilão extra do pré-sal em agosto

O Governo espera realizar em agosto um leilão extraordinário de petróleo, a 5.ª rodada do pré-sal. Serão oferecidas às petroleiras as duas áreas que ficaram de fora, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), do último leilão, realizado na semana passada. Além dos blocos S-M-534 e S-M-645, o leilão de agosto contará com a área de Saturno, que se encontra na mesma região e originalmente estava incluída na 4.ª rodada do pré-sal. Estudos geológicos identificaram grande possibilidade de os três blocos integrarem um mesmo reservatório de petróleo, que pode abranger tanto a camada de pós-sal quanto a de pré-sal da Bacia de Santos, embora não estejam localizados nos limites do “polígono do pré-sal”. Os cálculos sobre o potencial de arrecadação do leilão extra de agosto - que precisa passar pela avaliação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e ser qualificado no PPI - não foram concluídos. Inicialmente, estimava-se que as duas áreas do pós-sal retiradas do leilão de concessão rendessem R\$ 3,5 bilhões. Eram as mais valorizadas do certame. Vasconcelos lembra que a exploração de petróleo no pré-sal é cara e o Brasil assumiu compromisso de reduzir o consumo de combustíveis fósseis a partir de 2025. *(Baseado em O Estado de S. Paulo – 06.04.2018).*



Governo bate o martelo e decide vender a Infraero

O Governo bateu o martelo sobre o futuro da Infraero e planeja privatizar toda a Empresa, transferindo para o setor privado a rede administrada pela estatal, que inclui 54 terminais, entre aeroportos lucrativos e deficitários. A ideia é copiar o modelo de leilão do setor elétrico, como o que foi feito com a antiga distribuidora de energia de Goiás (Celg), com mudança de CNPJ e transferência de todos os funcionários. Em contrapartida, o novo concessionário poderá explorar o serviço público por um prazo de 30 anos. O chamariz para o investidor é Congonhas, aeroporto que é considerado a joia da coroa, e outros terminais importantes, como Santos Dumont, Belém, Manaus, Curitiba e Goiânia. O plano do Governo é vender pelo menos 51% de toda a Infraero, podendo chegar a 80%. A medida pode gerar uma receita extraordinária entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. O BNDES será contratado para realizar os estudos da modelagem e indicar o caminho mais vantajoso para a União: licitação em lotes ou em um único bloco. O modelo já era defendido pela equipe econômica, mas havia resistência da Infraero e de uma ala do Governo, que insistia na necessidade de manutenção da estatal para cuidar de terminais deficitários, mas importantes do ponto de vista de integração do País. A alternativa da privatização foi colocada sobre a mesa pela própria estatal numa reunião com a Secretaria de Estatais (Sest) e outras autoridades do setor. A Sest, segundo interlocutores, apoiou a proposta de forma irrestrita. Uma das vantagens da proposta é a redução de gastos para a União com funcionários da Infraero, o que daria também um indicativo de maior austeridade com as contas públicas. Por isso, todos os técnicos que participaram do encontro endossaram o plano alternativo para a Infraero – que registra prejuízo por cinco anos consecutivos. O balanço de 2017 fechou no vermelho em R\$ 1,8 bilhão. Segundo autoridades a par do assunto, a solução resolve o maior problema da Infraero hoje, que é de pessoal. Isso porque, mesmo tendo concedido nove aeroportos, a estatal enfrenta restrições para reduzir o quadro de funcionários. Outro argumento do Governo para privatizar a Infraero é que se nada for feito, a Empresa ficará totalmente dependente da União, dentro de um ano e meio. *(Baseado em O Globo – 11.03.2018).*

Representantes do setor elétrico defendem privatização das distribuidoras da Eletrobrás

Especialistas no setor elétrico avaliaram que a privatização das distribuidoras da Eletrobrás, prevista para ocorrer em 21 de maio, vai equilibrar as contas do setor. Eles foram ouvidos em audiência pública da comissão mista da medida provisória (MP 814/17) que possibilita o início de estudos para a privatização da Eletrobrás. Os prejuízos com as distribuidoras já somam R\$ 25 bilhões, informou o representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Leandro Moreira. Segundo ele, parte desse déficit (R\$ 3,6 bilhões) é suprido por recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), que originalmente foi

criada para financiar o programa Luz para Todos. Moreira observou que o leilão de venda das distribuidoras será por menor tarifa. Ele acrescentou que flexibilizações tarifárias para equilibrar o custo das empresas serão permitidas até o quinto ano da concessão. Em relação ao parecer sobre a MP, o relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), disse que vai evitar “armadilhas da questão da privatização” e concentrar seu parecer nos efeitos práticos da MP. Segundo ele, o texto pode melhorar a eficiência nos custos operacionais das distribuidoras. *(Baseado em Câmara Notícias – 04.04.2018).*

Preço de energia solar e eólica para o consumidor tem queda recorde

Um leilão promovido pelo Governo Federal na quarta-feira (04 de abril) para contratar novos projetos de energia ignorou a tensão política dos últimos dias e conseguiu atrair investidores interessados em colocar mais de R\$ 5 bilhões na construção de cerca de 1 GW (Giga Watt) em novas usinas, além de registrar uma redução recorde nos preços de venda futura dos empreendimentos. Foram registrados os mais baixos preços da história para a comercialização de energia solar

e eólica, ultrapassando marcas vistas ainda no fim de 2017, quando essas fontes renováveis já haviam surpreendido especialistas ao alcançar preços inferiores até mesmo aos de hidrelétricas. O Secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo, afirma que o leilão foi muito bem-sucedido e que a instabilidade política e o risco político não influenciaram. Os projetos do pregão precisarão entrar em operação até janeiro de 2022. *(Baseado em Folha de S. Paulo – 04.04.2018).*

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de março de 2018 até 31 de dezembro de 2022**

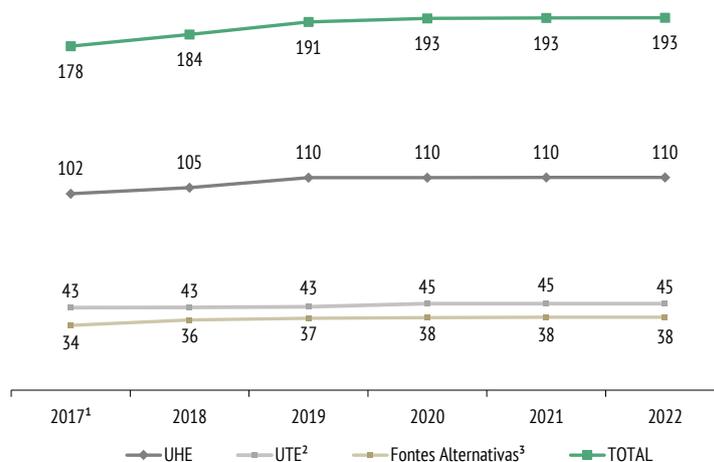
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	2.136	5.236	0	32	0	7.404
Otimista	2.136	5.236	0	32	106	7.511
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	94	345	1.544	0	50	2.032
Otimista	96	825	1.823	1.244	50	4.038
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	2.470	401	252	0	20	3.143
Otimista	2.835	2.080	1.447	900	149	7.412
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	4.700	5.982	1.796	32	70	12.579
Otimista	5.068	8.141	3.270	2.176	306	18.960

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,1% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2022.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 18,9 mil MW no período 2018-2022. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 1,8% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

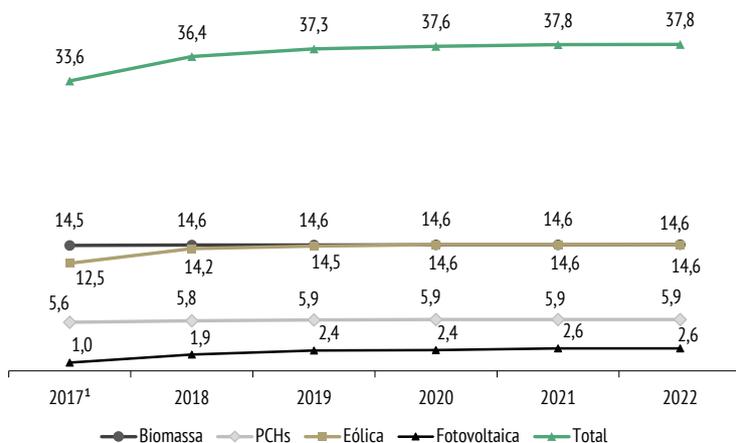
Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2017, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,38% e 2,6%.

Entre 2018 e 2022, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 8,2% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 4,8% no mesmo período. Em dezembro de 2017, a participação das UHEs foi de 57% na matriz elétrica nacional (desconsiderando as centrais nucleares) e deve permanecer no mesmo patamar até 2022. A participação na capacidade total instalada das UTES foi de 24% em 2017 e deve se manter no mesmo patamar até 2022.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve se manter em 8% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve se manter em 3% até 2022. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2022, passará de 7% para 8%, enquanto as usinas solares fotovoltaicas representaram 1% e deve manter o mesmo valor até 2022.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 7,5 mil MW de UHEs até 2022 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 7,4 mil MW para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 99% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 4 mil MW até 2022. Cerca de 50% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 285 MW de potência adicional até 2022. Já no cenário otimista, até 2022, devem entrar em operação um total de 1,4 mil MW. As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 108 MW até 2022. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 522 MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 3,9 mil MW, apenas 52% da potência (2 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2022. Até 2022, as usinas solares fotovoltaicas têm previsão otimista de entrada em operação 1,6 mil MW e 724 MW para o cenário conservador.

A operação do sistema hidro térmico brasileiro se esteia em processos interessantes de tomada de decisão. Fosse o parque gerador predominantemente térmico como o da Inglaterra, o despacho da carga seria relativamente mais simples. Por hipótese, seja a energia elétrica provida por termelétricas de 10 MW, 5 MW e 20 MW de capacidade e custos de geração, em R\$/MWh, de 8, 12 e 15, respectivamente. Para suprir a uma demanda de 20 MW, a operação custaria R\$ 215, vez que as centrais seriam operadas por ordem crescente de custo.

O caso brasileiro não é trivial, eis que comporta geração hídrica e térmica. Para exemplificar, veja-se a configuração de uma só hidrelétrica, de 10 MW de potência, armazenamento de 720 hm³, geração de 10 MWh/hm³ e as três termelétricas citadas no exemplo anterior. Para suprir a carga de 20 MW, o despacho econômico poderia determinar a operação da hidrelétrica a plena carga de 10 MW e o que faltasse seria fornecido a partir da térmica mais barata. Nesse exemplo, o custo marginal seria o da térmica seguinte, a de R\$12/MWh.

Mas essa seria uma decisão imprudente e estaria fadada a aumentar o custo da geração, pois esse despacho levaria ao consumo de 1 hm³ por hora. Em um mês o reservatório hidráulico, ou seja, o estoque de hulha branca, estaria esgotado se fosse período de estiagem. No mês seguinte, a térmica mais cara teria que operar. A simples ilustração mostra como os sistemas hidro térmicos requerem concatenação das decisões no

tempo. Essa é a característica fundamental do sistema brasileiro, que é predominantemente hidrelétrico.

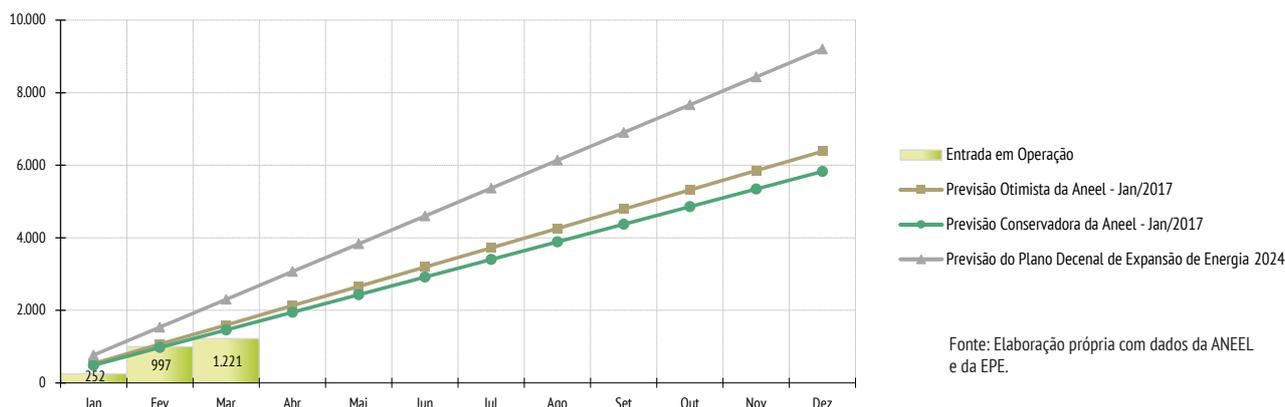
Em qualquer instante, o operador do sistema elétrico nacional deve decidir se usa ou não a água armazenada nos reservatórios. Se usa a água e a afluência futura repõe esse estoque, o custo geral é baixo e a decisão provou ser correta. Caso contrário, se a afluência futura é escassa, sua decisão teria sido incorreta. A decisão de não usar água em um determinado momento leva a resultados análogos no futuro, razão pela qual a decisão do operador é sempre tomada em situação de incerteza. Como se discutiu certa feita no Conselho de Infraestrutura da CNI, a operação do sistema está lastreada na programação dinâmica estocástica.

O segundo motivo da coordenação do despacho de carga pelo operador é a distribuição espacial das usinas hidrelétricas. Na Inglaterra, a competição entre geradores se dá no mercado. No caso brasileiro, como as usinas se localizam em cascata ao longo dos cursos d'água, nenhum gerador hidrelétrico pode operar ao bel-prazer, visto que a quantidade de água que ele retém ou verte afeta a operação das usinas concorrentes instaladas a jusante. Se a usina de Furnas retiver água afetaria a afluência à usina de Água Vermelha, que pertence a outra empresa. A terceira razão da operação integrada do sistema é a dimensão continental do País e a diversidade hidrológica de suas bacias hidrográficas. O Brasil conta com um sistema de ajuda mútua entre regiões graças à possibilidade de transmissão de grandes blocos de energia.

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

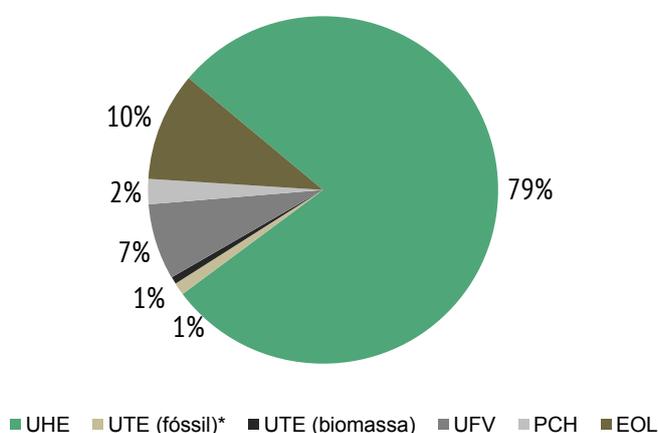
O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2018 (MW) De 1º de janeiro a 15 de março de 2018



Em 2018, até 15 de março, entraram em operação 1.221 MW. Desse total, as UHEs representaram 79% da potência total que entrou em operação totalizando 961,1 MW. As EOLs representaram 10%, totalizando 123,3 MW. As UFVs representaram 7% (86,2 MW), as PCHs apenas 2% (28,7 MW), enquanto Biomassa e UTE fósseis representaram 1% da potência total instalada cada uma.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de março de 2018



1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em fevereiro de 2018, 39.227 GWh, apresentando valor 2% superior ao observado em fevereiro de 2017.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 13.862 GWh, valor 5% superior ao observado no mesmo mês de 2017. O consumo industrial de energia elétrica representou 35% do total de energia elétrica consumida em fevereiro de 2017.

A indústria automobilística permaneceu sendo um dos destaques no consumo de energia elétrica em fevereiro, com aumento de 9,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior, em linha com o progresso da produção de veículos automotores do mês (ANFAVEA).

O resultado positivo dos licenciamentos do mês divulgado pela instituição é um dos indicadores do aparente leve aquecimento do mercado interno nacional. Em relação à demanda de eletricidade do setor no mês, se sobressaiu a região Sudeste (+9,1%), sobretudo São Paulo (+9,5%) e Minas Gerais (+5,6%), respectivamente, primeiro e segundo maiores consumidores de energia elétrica deste segmento no país.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

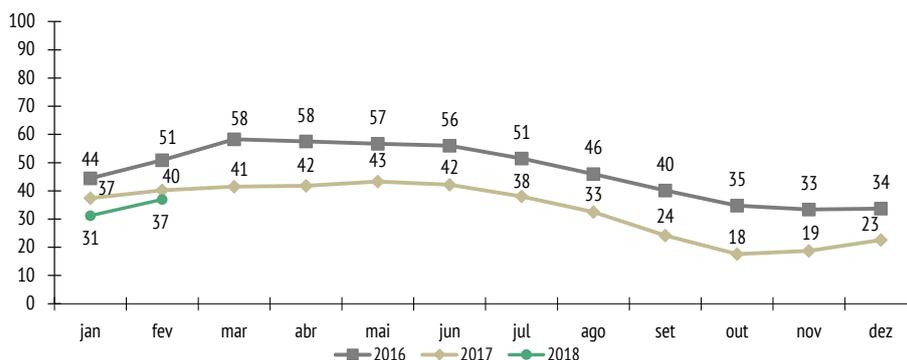
Classe	Fevereiro	Fevereiro	Var. %	Jan-Fev	Jan-Fev	Var. %
	2017	2018		2017	2018	
Residencial	11.421	11.542	1	23.211	23.394	1
Industrial	13.251	13.862	5	26.465	27.478	4
Comercial	7.680	7.637	-1	15.445	15.274	-1
Outras	6.241	6.186	-1	12.695	12.595	-1
Total	38.593	39.227	2	77.816	78.741	1

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

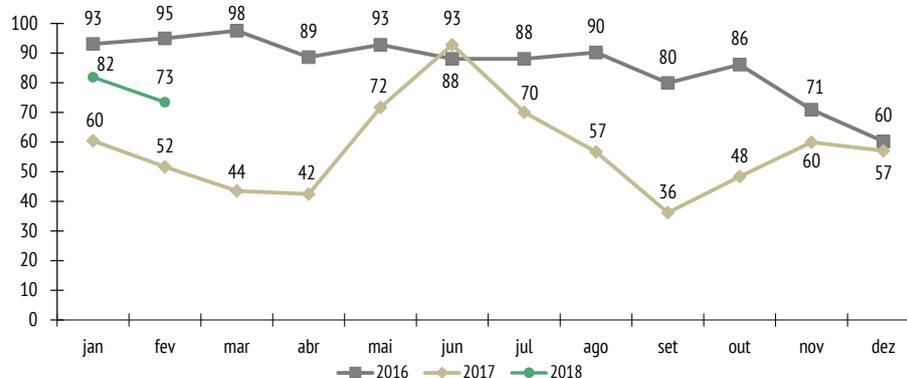
1.3. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em fevereiro de 2018, somente as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram energia armazenada abaixo do valor do mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou energia armazenada 21% superior à apresentada em fevereiro de 2017, porém 22% abaixo da apresentada em fevereiro de 2016. Em fevereiro de 2018, a região Norte apresentou energia armazenada 15 pontos percentuais superior à verificada em fevereiro de 2017. A região Nordeste apresentou pouca variação, tendo a energia armazenada verificada de 26% em fevereiro de 2018, apenas 5% superior em relação à verificada no mesmo mês do ano anterior.

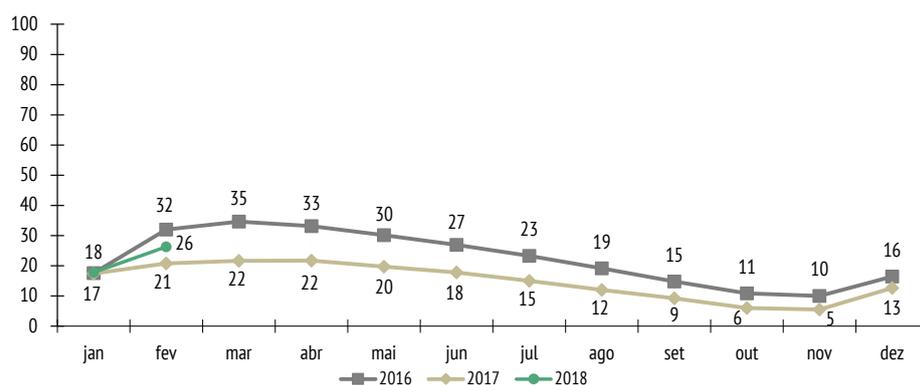
**Energia Armazenada Verificada
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Energia Armazenada Verificada
Sul (%)**

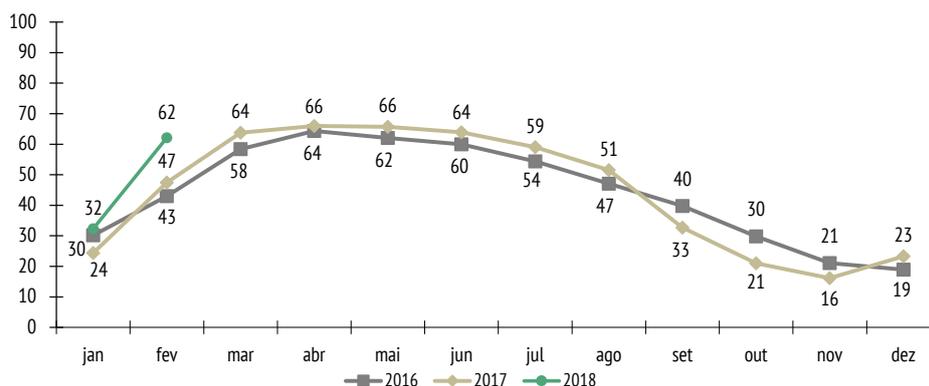


**Energia Armazenada Verificada
Nordeste (%)**



Energia Armazenada Verificada Norte (%)

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2018, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 40,16 e R\$ 505,18/MWh.

Na quarta semana de fevereiro de 2018, o PLD atingiu um valor diferente para cada região, o maior valor para carga média e pesado foi de R\$ 217,40/MWh da região Sul, e a menor foi do Norte, atingindo R\$ 40,16 para todas as cargas, o maior valor para carga leve foi do Sul, atingindo R\$ 209/MWh. Todas regiões atingiram valor abaixo do determinado para 2018.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Fevereiro 2018 (Período: 17/02/2018 a 23/02/2018)

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	213,84	217,40	187,33	40,16
Média	213,84	217,40	187,33	40,16
Leve	205,39	209,00	178,86	40,16

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de fevereiro de 2018, todas as regiões menos o Norte apresentaram PLD médio similares entre R\$ 178,54 e R\$ 188,79. A maior variação verificada é das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul, 47% superior relação a 2017. A região Norte apresentou um PLD médio de R\$ 42,91, valor 48% inferior o mesmo mês do ano anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal

Região	Fevereiro	Fevereiro	Variação (%)
	2017	2018	
Sudeste/Centro-Oeste	128,43	188,79	47
Sul	128,43	188,54	47
Nordeste	164,66	178,54	8
Norte	82,18	42,91	-48

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

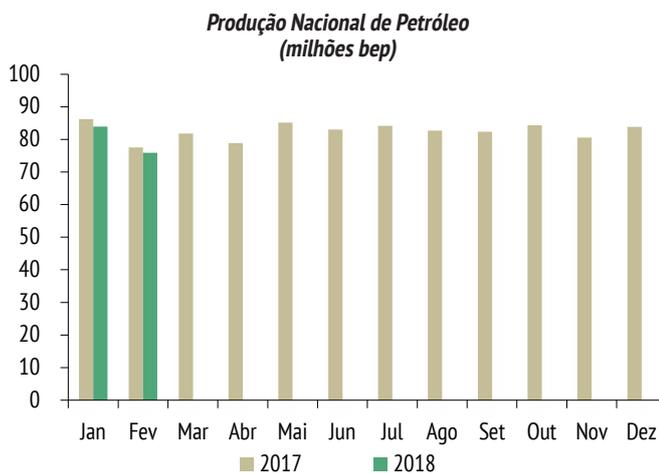
2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

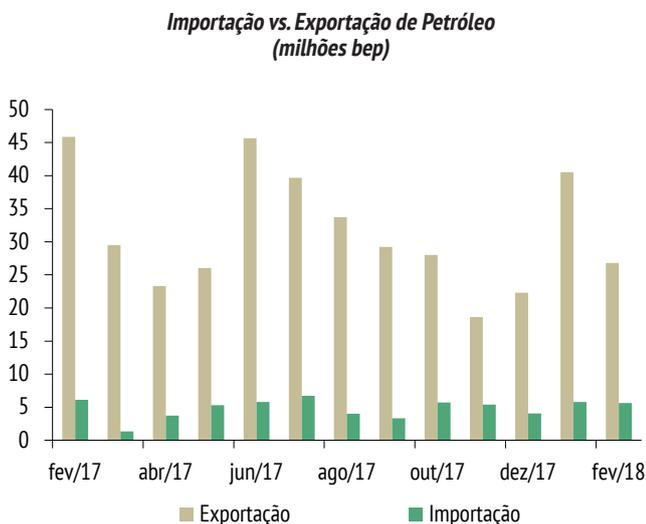
A produção nacional de petróleo, no mês de fevereiro de 2018, foi de 75,8 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 2,2% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 2% inferior ao ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em janeiro de 2018 foi de 27°, sendo que 37,5% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 47,7% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 14,7% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em fevereiro de 2018, foi de 45,4 milhões bep. Esse volume foi 8,4% inferior ao observado em fevereiro de 2017. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 7% inferior.

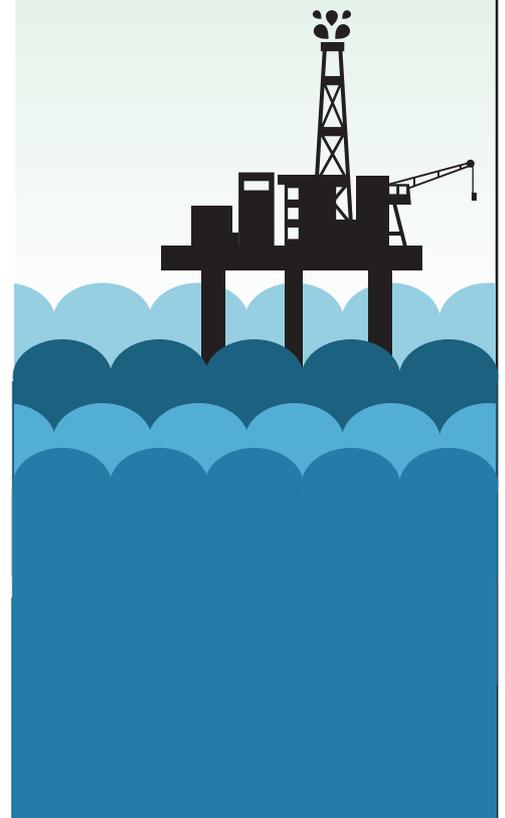


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

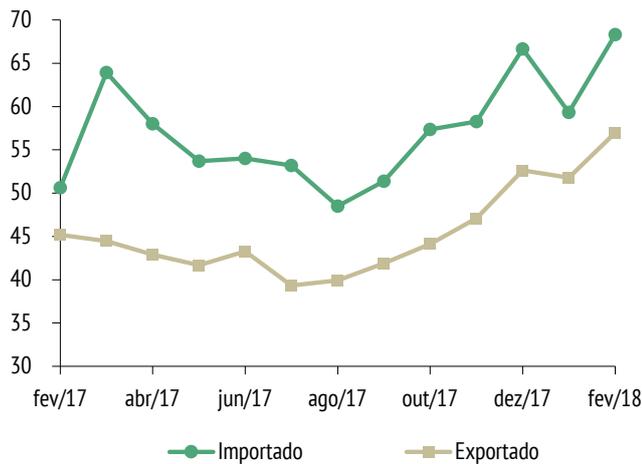


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em fevereiro de 2018, cerca de 96% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em fevereiro de 2018, foi de 29,8 milhões de bep, volume 41,6% inferior ao exportado em fevereiro de 2017. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 23% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

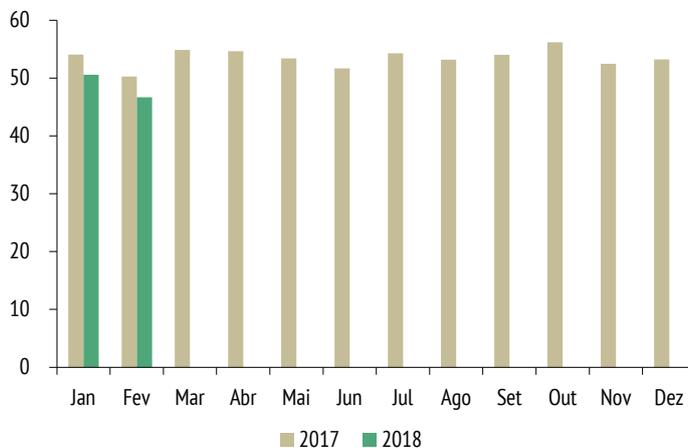
O preço médio do petróleo importado pelo País, em fevereiro de 2018, foi de US\$ 68,33/barril, valor 35% superior ao observado em fevereiro de 2017.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em fevereiro de 2018, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 46,7 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 7,2% inferior ao produzido em fevereiro de 2017. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 7% inferior ao mesmo período do ano passado.

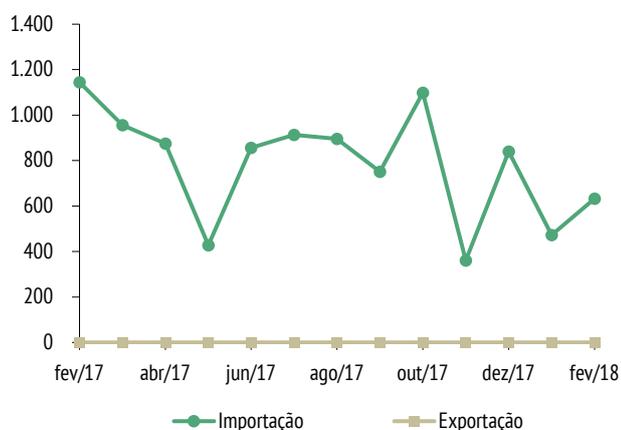
A importação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2018 foi de 17,4 milhões bep, valor 21,3% inferior ao registrado em fevereiro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 6% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



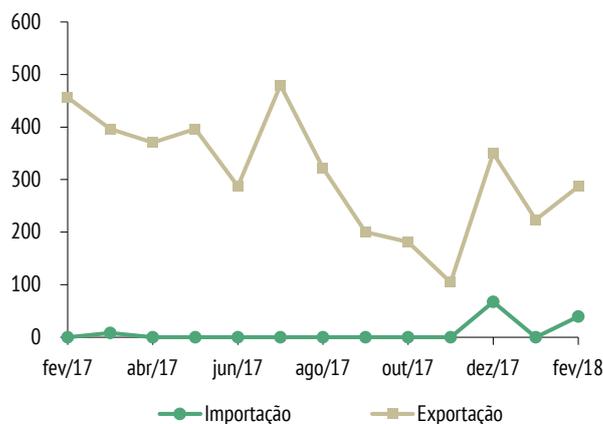
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

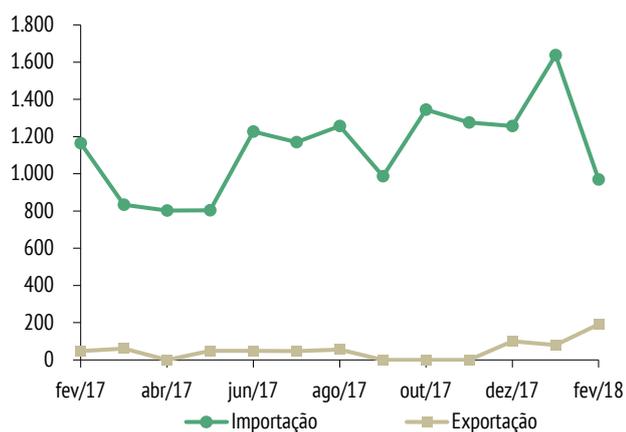
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

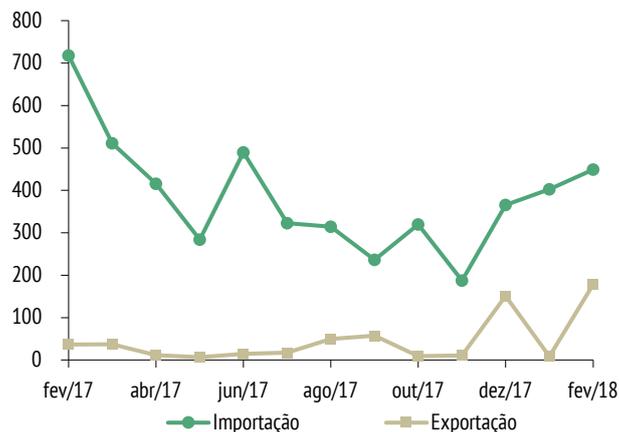
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2018, foi constatado um total de 7,7 milhões bep, o que representa um volume 11,6% superior ao observado no mesmo mês de 2017. No acumulado do ano, a exportação foi 11% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em fevereiro de 2018, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 64% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 30 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 47 milhões de bep. Em fevereiro de 2017, a dependência externa foi positiva em 1%. No acumulado do ano de 2018, foi observada uma dependência negativa de 50%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Fevereiro/2017	Jan-Fev/2017	Fevereiro/2018	Jan-Fev/2018
Produção de Petróleo (a)	70	146	78	164
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-15	-38	-40	-78
Imp. Líq. de Derivados (c)	15	24	10	24
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	71	131	47	109
Dependência Externa (e)=(d-a)	0	-14	-30	-55
Dependência Externa (e)/(d)	1%	-11%	-64%	-50%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em fevereiro de 2018, apresentou saldo positivo de US\$ 1.115 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 1.115 milhões FOB mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi negativo de US\$ 793 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 1.739 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Fevereiro/2017	Jan-Fev/2017	Fevereiro/2018	Jan-Fev/2018
Petróleo				
Receita com exportação (a)	513	1.324	2.073	3.837
Dispêndio com importação (b)	376	608	309	428
Balança Comercial (c)=(a-b)	137	716	1.763	3.409
Derivados				
Receita com exportação (d)	396	867	580	1.003
Dispêndio com importação (e)	1.326	2.328	1.228	2.673
Balança Comercial (f)=(d-e)	-930	-1.461	-648	-1.670
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	909	2.191	2.652	4.840
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.701	2.936	1.537	3.101
Balança Total (i)=(g)-(h)	-793	-745	1.115	1.739

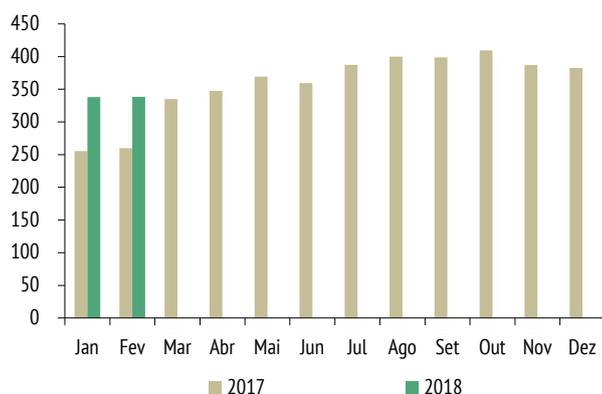
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

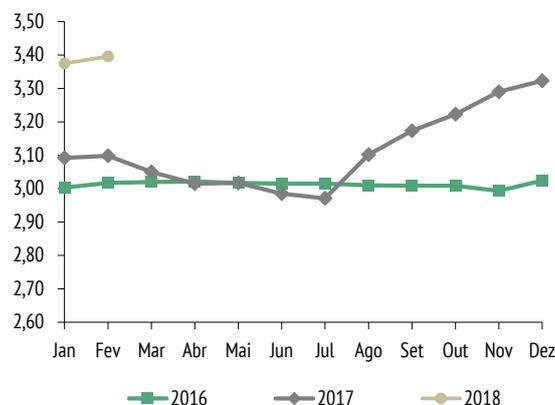
A produção nacional de biodiesel, em fevereiro de 2018, foi de 338 mil m³, montante 30,2% superior ao produzido em fevereiro de 2017. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 31% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em fevereiro de 2018, foi de R\$ 3,396/ℓ, valor 9,6% superior ao observado em fevereiro de 2017.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel
(R\$/ℓ)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2016/2017, já encerrada, produziu 27,8 milhões de m³ de álcool, volume 9% inferior ao produzido na safra 2015/2016. Já a produção de açúcar teve um aumento significativo de 16% em relação à safra anterior, totalizando 38,8 milhões de toneladas.

A nova safra 2017/2018 produziu, até o dia 28 de fevereiro de 2018, 27,2 milhões de m³ de álcool, sendo 16,2 milhões de m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). A produção total de álcool manteve o mesmo valor em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar se manteve em crescimento em relação ao mês anterior, até 28 de fevereiro, produziu-se 37,6 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2016/2017.

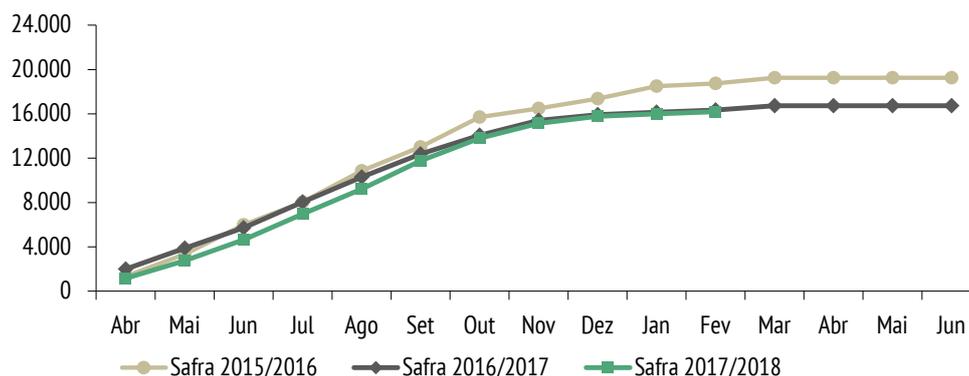
As safras se iniciam em abril e se encerram em junho do ano posterior. Assim, durante 3 meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2016/2017 (até 28 de fevereiro de 2017)	Safra 2017/2018 (até 28 de fevereiro de 2018)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	10.956	11.001	0
Álcool Hidratado (mil m ³)	16.345	16.196	-1
Total Álcool (mil m³)	27.301	27.197	0
Açúcar (mil ton)	38.370	37.584	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

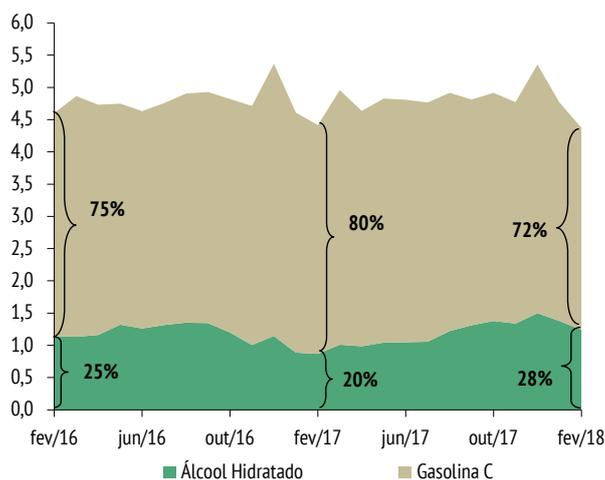
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,2 milhões m³ em fevereiro de 2018. Esse número representa um aumento de 43,2% em relação ao volume vendido em fevereiro do ano anterior.

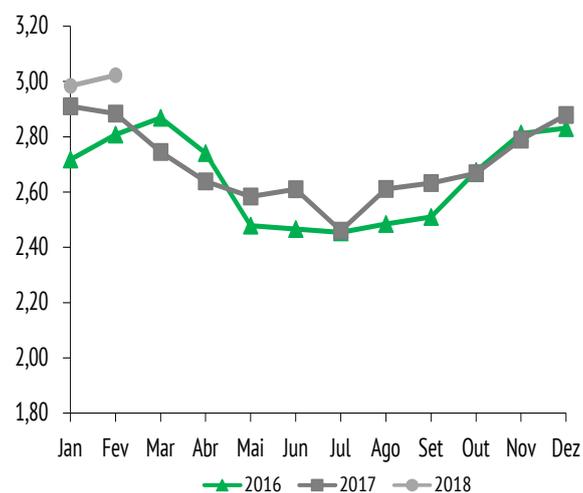
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 28% do universo de vendas do álcool e da gasolina em fevereiro de 2018. Essa participação foi 8% superior ao observado em fevereiro de 2017.

Em fevereiro de 2018, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 3,023/ℓ, valor 4,8% superior ao registrado no mesmo período de 2017.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



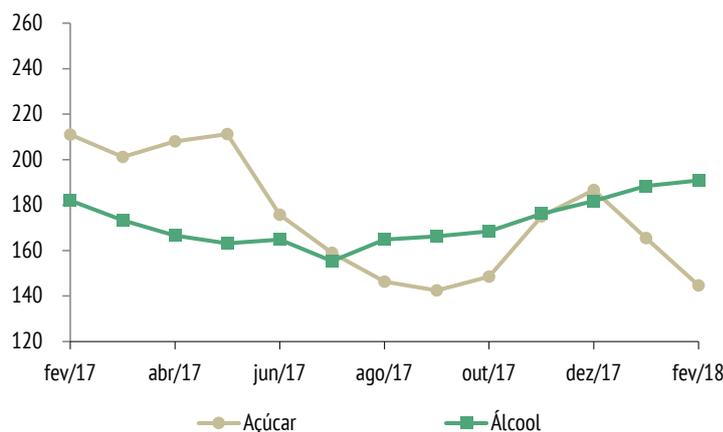
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(JAN/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em fevereiro de 2018, foi de 106,6 milhões m³, representando um aumento de 5% comparado à média verificada em fevereiro de 2017.

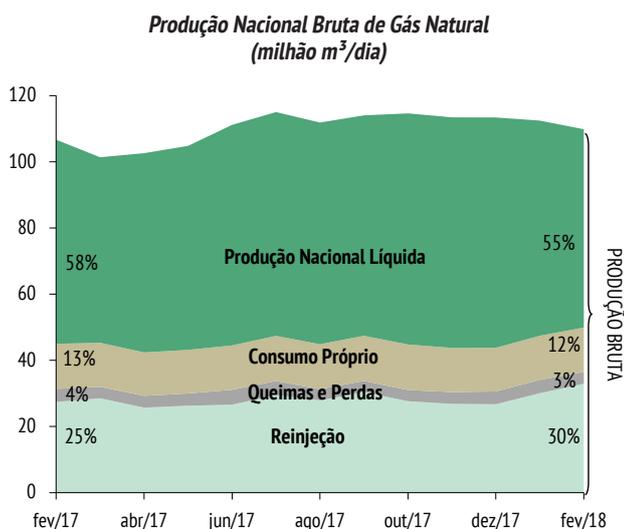
A importação de gás natural realizada pelo País, em fevereiro de 2018, foi de 20,4 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 82,1 milhões m³/dia. Este montante é 17% inferior ao observado em fevereiro de 2017.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 42% em fevereiro de 2018. Em fevereiro de 2017, essa proporção havia sido de 47%.

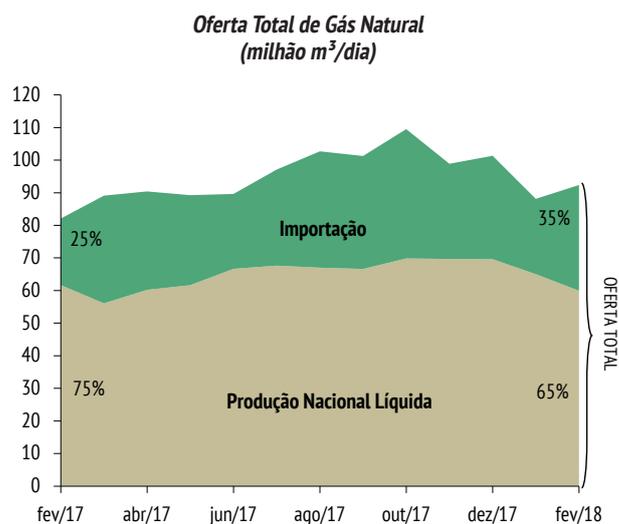
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Fevereiro/2017	Média do período Jan-Fev/2017	Média em Fevereiro/2018	Média do período Jan-Fev/2018	Variação (%)
Produção Nacional¹	101.188	99.217	106.639	108.289	5%
- Reinjeção	30.404	30.417	27.388	27.694	-10%
- Queimas e Perdas	4.877	4.076	3.956	4.119	-19%
- Consumo Próprio	12.685	12.577	13.626	13.575	7%
= Produção Nac. Líquida	53.221	52.147	61.669	62.901	16%
+ Importação	46.144	46.408	20.402	17.471	-56%
= Oferta	99.365	98.555	82.071	80.371	-17%

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

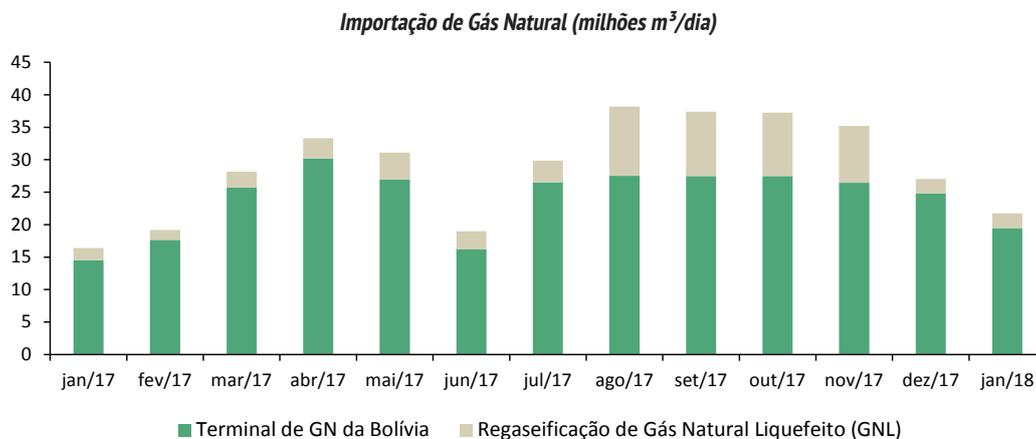


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em janeiro de 2018, foi de 19,5 milhões de m³/dia, volume 34% superior ao observado no mesmo mês de 2017.

Em janeiro de 2018, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 2,3 milhões m³/dia, volume 21% superior ao montante observado em janeiro do ano anterior.



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

Até o fechamento desta edição, a ABEGÁS não havia disponibilizado os dados de Consumo de Gás Natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

O consumo de gás natural no país em janeiro de 2018 foi, em média, cerca de 60,8 milhões de m³/dia. Essa média é 13% superior ao volume médio diário consumido em janeiro de 2017.

O setor industrial, em janeiro de 2018, consumiu cerca de 27,2 milhões de m³/dia de gás natural, volume 11% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Janeiro/2017	Janeiro/2018	Jan-2018/Jan-2017	Acumulado no Ano
Industrial	24.406	27.174	11	11
Automotivo	5.125	5.483	7	7
Residencial	810	967	19	19
Comercial	669	752	12	12
Geração Elétrica	16.356	21.786	33	33
Co-geração*	2.505	2.908	16	16
Outros	3.998	1.704	-57	-57
Total	53.869	60.774	13	13

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

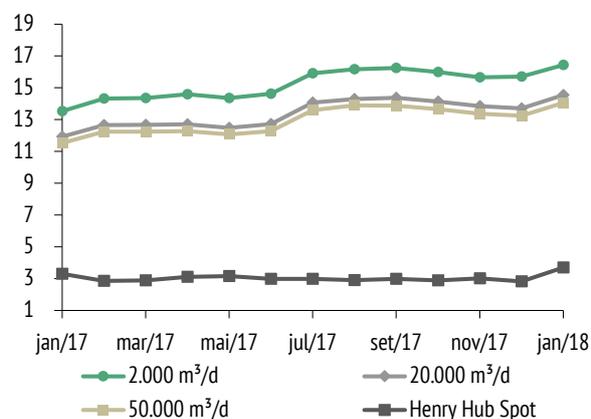
O setor industrial foi responsável por 45% do consumo de gás natural em janeiro de 2018. A geração elétrica foi o segundo maior setor em consumo, responsável por 36% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em janeiro de 2018, foi de US\$ 15/MMBTU, valor 22% superior ao observado em janeiro de 2017 (US\$ 12,3/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em janeiro de 2018, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,69/MMBTU, valor 12% inferior ao apresentado em janeiro de 2017 (US\$ 3,30/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



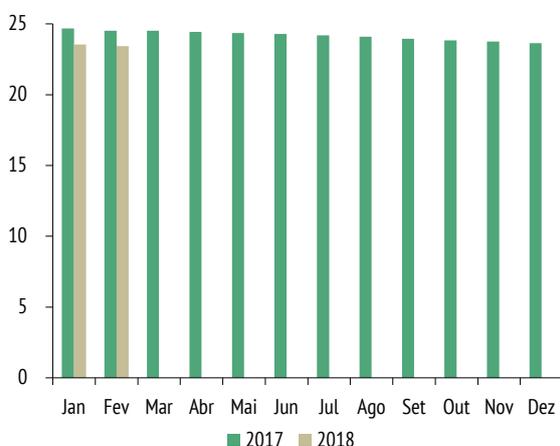
Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).
¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

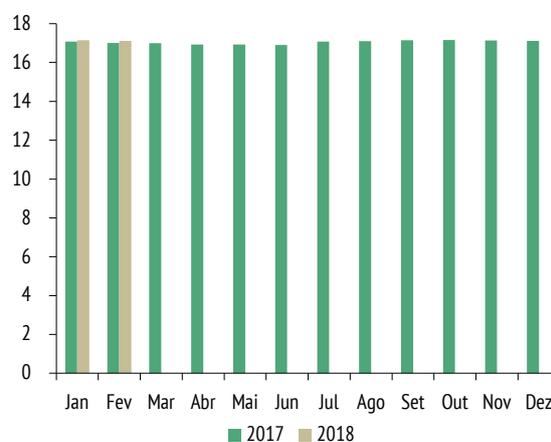
Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acessos fixos instalados em fevereiro de 2018 foi de 17,1 milhões e tiveram um crescimento de 0,6% em relação ao registrado em fevereiro de 2017. O total de acesso fixos em serviço reduziu para 23,4 milhões em fevereiro de 2018, valor 4% inferior ao registrado em fevereiro de 2017.

Acessos Fixos Em Serviço (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos Instalados (milhões)

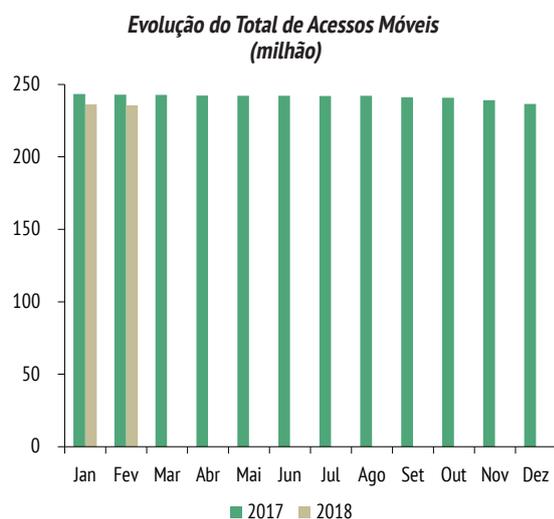


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

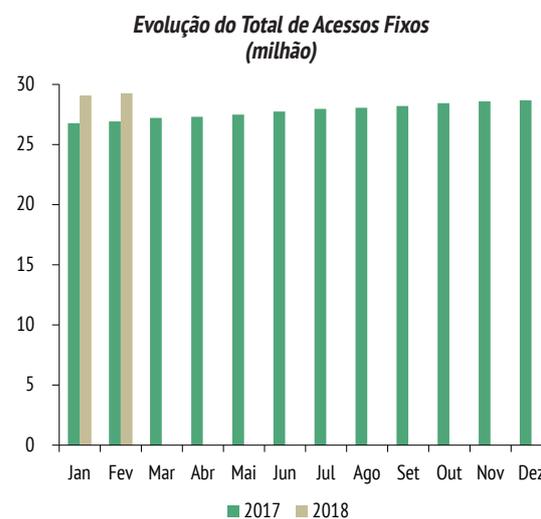
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em fevereiro de 2018 foi de 235,7 milhões, montante 3% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 9% se compararmos com os valores de fevereiro de 2017. Em fevereiro de 2018 tivemos aproximadamente 29,3 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 26,9 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em fevereiro de 2018, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 5% inferior em relação a fevereiro de 2017. A movimentação de granel líquido foi 2% superior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior, enquanto a carga geral apresentou um valor equivalente ao de 2017. Os TUPs representaram 70% da movimentação total de carga nos portos e terminais em fevereiro de 2018. A movimentação total nos TUPs foi de 49.390 mil toneladas, volume 2% inferior ao observado em fevereiro de 2017. Os portos públicos movimentaram 20.979 mil toneladas, volume 6% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

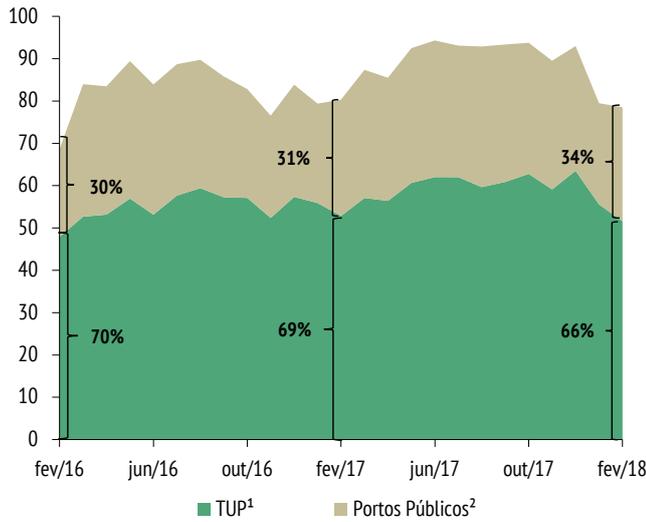
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País, em fevereiro de 2018, foi de 736 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), volume 10% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas - por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Fev/2017	Fev/2018	Fev-2018 / Fev-2017
Granel Sólido (a)	51.661	48.960	-5%
Portos Públicos	17.013	15.328	-10%
TUPs	34.648	33.632	-3%
Granel Líquido (b)	16.641	16.900	2%
Portos Públicos	3.808	4.185	10%
TUPs	12.833	12.715	-1%
Carga Geral Solta (c)	4.497	4.509	0%
Portos Públicos	1.451	1.466	1%
TUPs	3.046	3.044	0%
Total (a+b+c)	72.800	70.369	-3%
Portos Públicos	22.272	20.979	-6%
TUPs	50.527	49.390	-2%

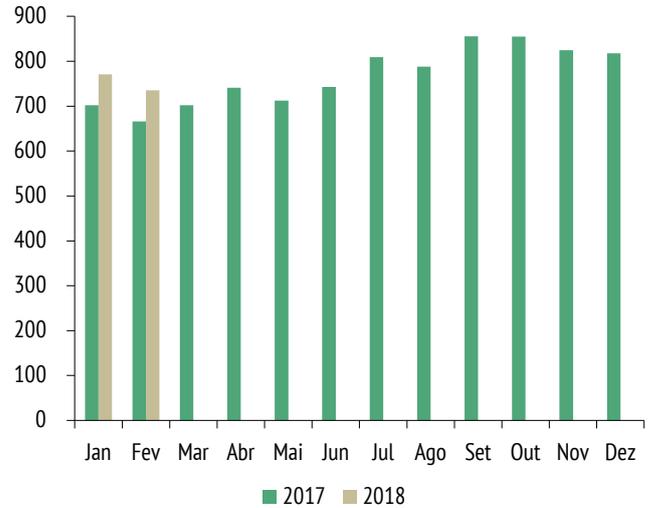
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



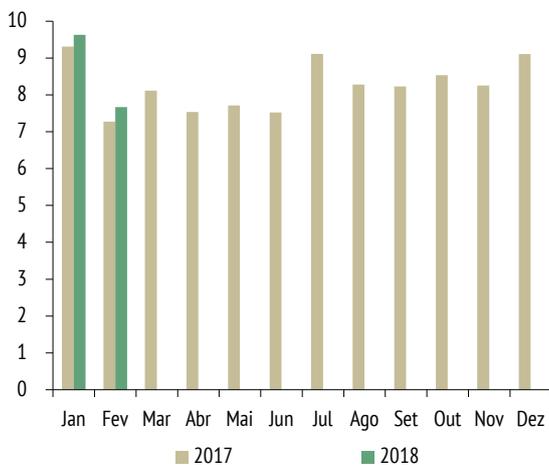
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em fevereiro de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 7,7 milhões de passageiros, valor 5,4% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 90% da movimentação total de fevereiro de 2018.

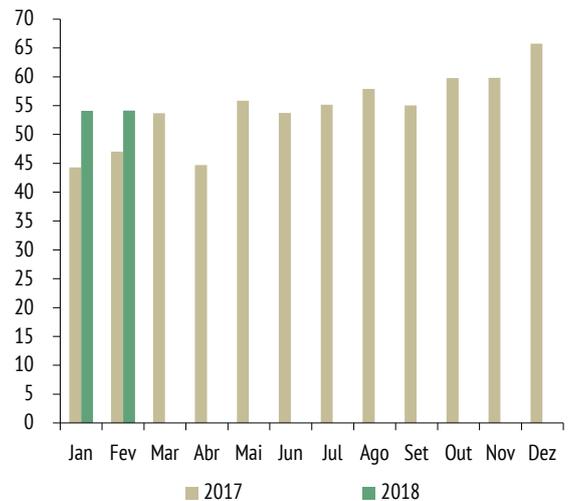
A movimentação de carga aérea total no País em fevereiro de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 54,1 mil toneladas, montante 13,1% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 59% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil t)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em fevereiro de 2018, foi de 36,7 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 6% inferior ao observado no mesmo período de 2017. A Extração Vegetal e Celulose foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (47%) enquanto que a Indústria Cimenteira e Construção Civil apresentou maior retração (-24%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em fevereiro de 2018.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2017	2018	Variação (%)
	Fevereiro (mil TU)	Fevereiro (mil TU)	
Mercadoria			Fev-18 / Fev-17
Minério de Ferro	30.766	27.980	-9
Soja e Farelo de Soja	3.271	3.215	-2
Indústria Siderúrgica	1.122	1.216	8
Carvão/Coque	812	817	1
Produção Agrícola (exceto soja)	678	783	15
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	634	679	7
Extração Vegetal e Celulose	405	594	47
Grãos Minerais	539	510	-5
Conteiner	239	343	44
Adubos e Fertilizantes	254	245	-4
Cimento	192	178	-7
Indústria Cimenteira e Construção Civil	118	91	-24
Carga Geral - Não Contein.	3	3	-2
Total	39.034	36.652	-6

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em fevereiro de 2018, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 58,9 milhões de toneladas, volume 8% inferior ao averiguado em fevereiro de 2017. As exportações totalizaram 43,2 milhões de toneladas, 73% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Fev/2017	Fev/2018	Fev-2018 / Fev-2017	Acumulado do ano
Marítimo	60.861	56.503	-9	-2
Fluvial	1.287	993	15	-5
Aéreo	55	74	28	6
Ferrovário	21	22	-16	-20
Rodoviário	849	796	-2	-10
Outros*	888	481	69	41
Total	63.961	58.868	-8	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Em fevereiro de 2018, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 754 milhões, valor 55% inferior ao aportado em fevereiro de 2017.

Ao longo de 2018, o BNDES desembolsou R\$ 2,05 bilhões em infraestrutura, volume 92% inferior ao desembolsado em 2017 (R\$ 24,4 bilhões). O setor com maior queda foi o de telecomunicações com queda no investimento de 95% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Fevereiro/2017 R\$ milhão	Fevereiro/2018 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	18	14	-20	2
Energia Elétrica e Gás Natural	1.171	233	-80	31
Saneamento	26	15	-44	2
Telecomunicações	80	4	-95	1
Transporte	382	488	28	65
Aéreo	25	0	-100	-
Aquaviário	26	33	26	4
Terrestre	330	454	37	60
Total Infraestrutura	1.677	754	-55	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2018 é de, aproximadamente, R\$ 3,5 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 42,8 bilhões corresponderam à alínea “investimentos”, o que representa 1,2% do orçamento total de 2018.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 9,8 bilhões o que representa 22,9% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2018, foram empenhados R\$ 10,9 bilhões, cerca de 25% da dotação autorizada até março. No mesmo período foram liquidados R\$ 15 milhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 377 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 6,3 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 9,8 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2018, foram empenhados, até março, cerca de R\$ 3 bilhões (31% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 222 milhões. Até março de 2018, foram pagos do orçamento cerca R\$ 209 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somam R\$ 1,6 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 7,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 739 milhões, ou 8%), portuário (R\$ 474 milhões), aeroportuário (R\$ 288 milhões), hidroviário (R\$ 298 milhões) e outros (R\$ 287 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2018, cerca de R\$ 156 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 3,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 7,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 60,6 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2018.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 19% foram pagos em 2018 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 9% do total de restos a pagar inscritos.

9. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) (TABELA IV)

Até o 1º bimestre de 2018, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 68,8 bilhões. Foram executados, até fevereiro, investimentos no valor de R\$ 6,4 bilhões, equivalente a 9% da dotação autorizada. Esse valor foi 5% inferior ao desembolsado em 2017.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2018 foi de, aproximadamente, R\$ 59,9 bilhões. As despesas totais realizadas, de janeiro a fevereiro de 2018, foram de cerca de R\$ 6 bilhões, o que representa uma execução de 10% do autorizado e 95% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 76% da dotação autorizada para as Estatais em 2018 e respondeu por 90% da despesa realizada até fevereiro de 2018 num total de R\$ 5,7 bilhões (execução de 11% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2018
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2018*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	777	47	6	3	0	3	0	65	67	676
MAPA	902	0	0	0	0	0	0	171	171	1.013
MCTI	549	136	25	24	4	12	2	72	84	410
MDIC	107	4	4	0	0	0	0	5	5	197
MME	77	7	9	1	2	1	2	6	7	37
M. Transportes	9.812	3.043	31	222	2	209	2	1.391	1.600	6.070
M. Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	2	2	60
MMA	68	7	11	0	0	0	0	14	14	119
MDA	0	0	0	0	0	0	0	4	4	58
M. Defesa	7.348	4.953	67	92	1	52	1	632	684	3.038
M. Int. Nacional	4.276	723	17	55	1	51	1	471	522	5.918
M. das Cidades	4.098	652	16	0	0	0	0	222	222	11.361
Outros**	14.784	1.303	9	474	3	49	0	2.849	2.898	28.810
Total	42.797	10.876	25	15	0	377	1	5.904	6.281	57.768

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2018
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2018*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	288	5	2	0	0	0	0	7	7	262
Ferrovário	739	312	42	3	0	3	0	82	85	451
Hidroviário	298	50	17	1	0	1	0	21	22	236
Portuário	474	86	18	0	0	0	0	11	11	593
Rodoviário	7.726	2.472	32	213	3	203	3	1.195	1.397	4.203
Outros	287	118	41	6	2	3	1	76	78	324
Total	9.812	3.043	31	222	2	209	2	1.391	1.600	6.070

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2018

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2018* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	156	0	71	84
União	3.652	95	627	2.930

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/03/2018* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	7.367	62	1.320	5.986
União	60.619	505	5.276	54.838

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Orçamento de Investimentos – 2018
Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Ministério de Minas e Energia	59.908	6.022
Ministério dos Transportes ¹	1.012	45
Ministério das Comunicações ²	1.049	35
Outros	6.840	258
Total	68.809	6.360

R\$ milhão

Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Produção Industrial	61	4
Energia Elétrica	7.858	276
Combustíveis Minerais	46.496	5.449
Transporte Aéreo	558	34
Transporte Hidroviário	1.468	62
Transportes Especiais	2.727	130

¹ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil² Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

R\$ milhão

Por função	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Indústria	77	2
Comunicações	962	35
Energia	59.887	6.021
Transporte	1.034	45

R\$ milhão

Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 1º bim.
Grupo Eletrobrás	7.750	280
Grupo Petrobras	52.158	5.742
Cias DOCAS	451	11
Infraero	562	34

Fonte: Portaria nº 17/2017 da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.